

## **A teoria do dinheiro em Marx uma análise crítica do livro de Rubin**

Gentil Corazza<sup>1</sup>

### **1. Introdução**

O objetivo do texto é fazer uma análise crítica do livro de Rubin, “Teoria do dinheiro em Marx”, recentemente publicado no Brasil. Trata-se de uma obra inacabada, escrita entre 1926 e 1928, mas que só veio a público, em 2011. O livro de Rubin resume a teoria do dinheiro elaborada por Marx em “O capital” e em “Para a crítica da economia política”, analisando temas como a teoria do valor e do dinheiro, a necessidade e a origem do dinheiro, o dinheiro e o trabalho social abstrato, bem como as contradições entre as funções básicas do dinheiro, como medida de valor, meio de circulação e como tesouro. Uma primeira leitura do texto permite afirmar que, mesmo abordando elementos essenciais da teoria do dinheiro em Marx, trata-se de um resumo limitado e incompleto.

Pode-se afirmar que a questão mais relevante deste livro talvez seja a relação de sua “Teoria do dinheiro em Marx” com a “Teoria marxista do valor”, obra clássica de Rubin. Um segundo ponto relevante é, sem dúvida, a abordagem das contradições entre as diversas funções do dinheiro. Ao mesmo tempo em que se ressalta a importância do livro, não se pode deixar de apontar algumas debilidades presentes no referido livro. Trata-se de uma abordagem incompleta, por não abordar temas relevantes, como a função meio de pagamento do dinheiro, o dinheiro de crédito e a transformação do dinheiro em capital. Para Rubin, o dinheiro é sobretudo um meio de medir valores das mercadorias, meio de circulação e meio de entesourar o ouro, como mercadoria-dinheiro.

Trata-se, também, de um resumo limitado, especialmente por não incorporar a perspectiva e a tendência, muito claras e fortes, em Marx, de o dinheiro deixar de ser meio e tornar-se fim de si mesmo, o que se concretiza na transformação do dinheiro em capital. Embora afirme que o dinheiro, como meio de circulação das mercadorias, pode interromper o mesmo processo de circulação, ele não analisa a possibilidade desta interrupção provocar uma crise no processo de circulação de mercadorias. É sabido que, na teoria de Marx, o dinheiro, mesmo enquanto apenas meio de trocas, possui uma tendência fundamental de deixar de ser simples meio de circulação, para afirmar-se como fim do processo de trocas. Rubin cita passagens de Marx, sugerindo alguma dimensão desta tendência, quando resume a função de entesouramento do dinheiro, o que mais se deve à vontade e decisão dos possuidores de dinheiro do que à determinação do próprio dinheiro de afirmar-se como capital. É nesta perspectiva de o dinheiro deixar de ser apenas “meio” para tornar-se “fim” ou objetivo final das trocas, que Marx aborda a contradição entre as funções de entesouramento e de meio de pagamento do dinheiro. Para Marx, é no exercício da função de meio de pagamento que se manifesta com mais força a tendência de o dinheiro autonomizar-se e comandar a circulação de mercadorias sem nela entrar.

Rubin não analisa a função de meio de pagamentos do dinheiro. Mais importante ainda, ele não analisa o processo de transformação do dinheiro em capital, embora reconheça que, em Marx, teoria do

---

<sup>1</sup> Economista e professor titular da UFRGS

valor, teoria do dinheiro e teoria do capital estão fortemente imbricadas. Ele analisa apenas as relações da teoria do dinheiro com a teoria do valor e não a relação da teoria do dinheiro com a teoria do capital. Talvez isto se deva ao fato de toda teoria do dinheiro ser pensada no pressuposto de uma economia mercantil simples e não de uma economia capitalista. Ora, para Marx, é justamente com a transformação do dinheiro em capital que se processa a transformação da economia mercantil em economia capitalista. Por este motivo, a teoria do capital é parte essencial da teoria do valor e da teoria do dinheiro.

Estas são as principais questões desta análise crítica do livro de Rubin. Trata-se de uma análise objetiva do livro publicado, o que não significa diminuir a contribuição valiosa e pioneira de Rubin sobre o tema. Uma leitura atenta do texto não indica tratar-se de obra inacabada, do ponto de vista do conteúdo, mas apenas quanto a sua forma, o que não compromete sua importância e sua qualidade. O mais importante é que o livro não sinaliza para a necessidade de incluir outros temas, além dos efetivamente abordados. Ele parece completar-se a si mesmo. O inacabamento formal é um problema menor, face à relevância de seu conteúdo. Em síntese, este texto sobre o livro de Rubin, além de afirmar sua importância e seu pioneirismo, procura fazer uma análise crítica de algumas lacunas e questões polêmicas presentes na mesma obra.

Para realizar tais objetivos, após esta Introdução, abordamos tópicos como: a relação entre a teoria do valor e a teoria do dinheiro, a necessidade e a origem do dinheiro, as funções contraditórias do dinheiro e, no final, esboçamos uma avaliação crítica do livro de Rubin sobre a teoria do dinheiro em Marx.

## **2. Teoria do valor e teoria do dinheiro**

Rubin realça a vinculação da teoria do dinheiro em Marx com sua teoria do valor, como afirmou o próprio Marx (2013, p. 206), que não se pode entender o que é o valor, sem entender suas formas, pois “o valor é inseparável da forma valor” e o dinheiro, por sua vez, é a forma privilegiada de manifestação do valor.

A ideia mais valorizada da obra de Rubin sobre a teoria do dinheiro em Marx talvez tenha sido a de que ele formulou uma teoria do dinheiro compatível com sua prestigiada obra sobre a “Teoria marxista do valor”. Esse fato, por si mesmo, já é um indicador de que poderia haver uma teoria do dinheiro dissociada de uma teoria do valor em Marx. Uma tal dissociação, no entanto, seria incompatível com o pensamento de Marx. Efetivamente, a teoria do valor é o fundamento da teoria do dinheiro e esta é um prolongamento da primeira. Esta ligação intrínseca entre as duas teorias é central no livro de Rubin, como já havia formulado Marx.

Já na primeira frase do livro, ele afirma a estreita relação que há entre a teoria do valor e a teoria do dinheiro, em Marx: “A teoria do dinheiro de Marx se encontra em estreita e inseparável ligação com sua teoria do valor. Esta ligação é mais estreita do que aquela entre outras partes do sistema de Marx” (Rubin, 2020, p. 51). A própria teoria do capital, acentua Rubin, também se baseia na teoria do valor e não pode ser entendida sem a teoria do dinheiro. Assim, para Rubin, que soube

fazer uma boa leitura de Marx, teoria do valor, teoria do dinheiro e teoria do capital formam um núcleo teórico fundamental da teoria do capitalismo de Marx. No entanto, apesar dessa vinculação entre as três teorias, Rubín não analisa o processo de transformação do dinheiro em capital, como foi feito exaustivamente por Marx, no Capítulo IV de “O capital”. Sem incluir a análise dessa transformação, pode-se dizer que a própria teoria do dinheiro está incompleta.

Para Rubín, a teoria do valor trata de relações entre produtores independentes de mercadorias, ao passo que a teoria do dinheiro investiga o mesmo tipo de relação de produção entre produtores independentes, só que agora em sua forma mais desenvolvida. O dinheiro se origina da mercadoria e a pressupõe constantemente. Para Rubín, é ao tratar da mercadoria que se expõem os fundamentos de uma teoria geral do dinheiro e não ao tratar do dinheiro em si, onde se analisam apenas as funções do dinheiro. A relação entre possuidores de mercadorias e possuidores de dinheiro é igual às relações entre produtores independentes de mercadorias. Assim, conclui Rubín, a teoria do valor e a teoria do dinheiro analisam diferentes aspectos de um único e mesmo processo de troca. Na teoria do valor, o dinheiro é apenas um meio de troca entre duas mercadorias: m-d-m, mas na teoria do dinheiro, este cumpre um papel mais relevante do que o de simples meio de troca e assume maior relevância na medida em que pode interromper o processo de troca entre duas mercadorias, o qual se desdobra em duas fases: m-d (venda de uma mercadoria por dinheiro) e d-m (compra de outra mercadoria por dinheiro).

É importante notar que, ao afirmar a mútua dependência entre a teoria do valor e a teoria do dinheiro, ele acentua que a teoria do dinheiro não apenas decorre da teoria do valor, mas que esta última não pode se desenvolver sem a teoria do dinheiro, que é também sua plena realização. A teoria do dinheiro nasce da teoria do valor e a teoria do valor só se completa com a teoria do dinheiro. A teoria do valor se baseia nos pré-requisitos de uma economia monetária, entendida como uma economia onde haja uma equiparação generalizada de todas as mercadorias entre si, o que não é possível sem uma teoria do dinheiro.

Rubín afirma enfaticamente que a teoria do valor e a teoria do dinheiro formam um todo teórico, pois as duas teorias se formam a partir da análise de um mesmo e único processo de produção: ao focar a unidade de todo processo de produção e distribuição do trabalho social realizado através da troca, elabora-se uma teoria do valor. O mesmo processo de troca, analisado a partir dos atos individuais de compra e venda de mercadorias, fornece as bases para a elaboração da teoria do dinheiro. Importante é sua conclusão (Rubín, 2020, p. 66): “Apenas as duas teorias em sua totalidade” podem nos dar o quadro geral da economia produtora de mercadorias, “em sua completa estrutura bifurcada”, “a unidade do processo de produção social” e sua “fragmentação em unidades

econômicas privadas”.

O principal argumento de Rubin é que a formulação da teoria do valor só é possível em uma economia em que a equiparação generalizada das mercadorias entre si e isto supõe a presença e ação do dinheiro. Ele discorda inclusive de autores que apresentam como ponto de partida da teoria do valor de Marx a troca de duas mercadorias, de valores de uso diferentes, mas com valores de troca equiparados. Para esses autores, a simples comparação de duas mercadorias é suficiente para Marx definir a teoria do valor, onde o trabalho é apontado como medida de valor dessas duas mercadorias.

No entanto, isto parece não corresponder ao pensamento de Marx, pois sua teoria do valor não parte da análise da troca factual de duas mercadorias. O ponto de partida da teoria do valor de Marx não é a troca entre duas mercadorias, mas a equiparação generalizada de todas as mercadorias, umas com as outras, através do dinheiro. Uma mercadoria não é produzida para a troca com outra mercadoria específica, mas para a venda no mercado, para ser trocada por dinheiro. No mercado, ela recebe um preço de mercado. A comparação de uma mercadoria com todas as outras mercadorias só é possível mediante a presença do dinheiro. Toda mercadoria possui a característica de ser um valor de troca, quando pode ser trocada por qualquer outra mercadoria, através do dinheiro. Somente neste caso se pode falar da existência do valor de troca, pois ele pressupõe a equiparação generalizada de todas as mercadorias entre si e não apenas a equiparação de duas mercadorias.

Para Rubin, as bases da teoria do valor não estão definidas já nas primeiras páginas de *O Capital*, pois ali Marx trata apenas do conteúdo do valor, o trabalho abstrato. A investigação do aparecimento do valor e do processo de seu desenvolvimento é feita nas seções que abordam a forma do valor e o fetichismo da mercadoria. Efetivamente, a exposição da teoria do valor no início de *O Capital* tem duas partes: a primeira contém uma análise do valor e do trabalho abstrato (substância do valor) e a segunda explica o desenvolvimento do valor de troca (forma do valor). A primeira parte pressupõe o processo de troca mediada pelo dinheiro, ou seja, a equiparação generalizada de todas as mercadorias e dos diferentes tipos de trabalho. Já a segunda expõe o desenvolvimento da forma valor e mostra ao mesmo tempo o desenvolvimento da forma dinheiro, pois a forma dinheiro é apenas a forma mais desenvolvida da forma de valor, como lembra o próprio Rubin (2020, p. 65): “Por isso, pode parecer que existem formas de valor que antecedem a forma dinheiro e que, conseqüentemente, o valor de troca pode existir em um estágio de desenvolvimento social que antecede o aparecimento do dinheiro”. Trata-se de um equívoco, adverte ele, pois as formas do valor, que antecedem as formas gerais, não representam apenas a

forma germinal do dinheiro, mas também as formas germinais do valor. “O valor de troca desenvolvido só se origina com a “forma geral”, que na essência coincide com a origem do dinheiro” (Rubin, 2020, p. 65). Ao analisar “A mercadoria” Marx explicita ao mesmo tempo os fundamentos da teoria do dinheiro. Imediatamente após analisar os conceitos de valor e trabalho abstrato, Marx analisa os processos de troca real, em que se transformam valor de uso em valor de troca e trabalho concreto em trabalho abstrato e, ao mesmo tempo, mostra o desenvolvimento do dinheiro como uma relação necessária do valor de troca e do trabalho abstrato. Na análise da mercadoria, Marx analisa as formas do valor de troca, cuja evolução vai conduzir a sua forma mais desenvolvida, que é a forma dinheiro.

Por fim, cabe ressaltar que as teorias do valor e do dinheiro de Rubin são formuladas no contexto de uma economia mercantil simples e não de uma economia capitalista, como havia acentuado o próprio Marx já na primeira frase de “O capital”. Pressupor que a teoria do valor e do dinheiro sejam formuladas a partir de uma economia mercantil simples, parece uma leitura equivocada de Marx, pois ele formula sua teoria do valor e do dinheiro na suposição de uma economia dominada pelo capital. A economia mercantil simples é apenas a forma como aparece a economia capitalista. Ou seja, para Marx, sob as aparências de uma economia mercantil simples oculta-se a economia essencialmente capitalista.

### **3. A necessidade e a origem do dinheiro.**

Rubin reafirma o que já havia dito Marx, que a existência do dinheiro na economia não é fortuita, fruto do acaso, ou mera conveniência. O dinheiro é um produto necessário e sua necessidade é postulada pela própria natureza da economia capitalista, em que ele se insere. Para a visão convencional da economia, o dinheiro é um enigma, cuja origem e natureza não consegue explicar. De modo geral, a origem do dinheiro está associada a sua utilidade. Mostrar sua utilidade já era uma resposta satisfatória para essa corrente teórica. Sem o dinheiro, as trocas seriam muito difíceis. Então, para facilitar as trocas, teria sido inventado o dinheiro. Por outro lado, o dinheiro também poderia fazer parte de um acordo, uma espécie de contrato social de reconhecimento de uma mercadoria como dinheiro, ou ainda, seria fruto de uma invenção particular e mesmo resultado da atividade consciente do Estado. Por isso, Marx se propõe desvendar esse enigma:

“Cabe aqui, no entanto, realizar o que não foi jamais tentado pela economia burguesa, isto é, acompanhar a gênese dessa forma dinheiro, ou seja, acompanhar o desenvolvimento da expressão do valor contida na relação de valor das mercadorias, de sua forma mais simples e sem brilho, até a ofuscante forma dinheiro. Com isso desaparece o enigma do dinheiro”. (Marx, 1983, p. 54).

O mérito de Marx, ressalta Rubin, foi ter associado a origem teórica do dinheiro à natureza da economia, que estava analisando. O dinheiro resulta das contradições inerentes à mercadoria e das contradições e complexidades das trocas. Sua origem é econômica e social e não estatal. Marx (1982, p. 45) deixa claro que o dinheiro “não é produto da reflexão ou do acordo”, mas é produto necessário e inconsciente da evolução e complexidade das trocas. Ou seja, para Marx, a origem do dinheiro não é casual ou aleatória, mas decorre da própria natureza contraditória da economia mercantil capitalista. Uma economia produtora de mercadorias só pode existir e funcionar com a presença atuante do dinheiro. Não é possível descrever ou caracterizar essa economia sem o dinheiro, pois o dinheiro é sua parte essencial e constitutiva. Ela não pode ser pensada sem o dinheiro. As próprias relações de produção de mercadorias só podem existir por meio do dinheiro. Mais ainda, o desenvolvimento e a expansão geral do dinheiro representam um produto necessário da própria estrutura da sociedade produtora de mercadorias. Marx derivou a origem do dinheiro a partir da contradição constitutiva da mercadoria entre valor de uso e valor.

Embora ele não tenha se proposto fazer uma análise histórica da origem e evolução do dinheiro, afirma Rubin, ele deixou inúmeras notas históricas sobre o tema. Para Rubin, existe uma relação muito forte entre o aspecto histórico e o teórico do dinheiro, em Marx, o que fica mais claro na análise da evolução das formas do valor, desde a forma simples e a desdobrada até a forma geral e a forma dinheiro. Assim, a fase incipiente e natural das trocas corresponderia ao que Marx designa por forma simples ou ocasional do valor. Uma fase mais evoluída das trocas corresponderia ao que Marx denomina de “forma desdobrada do valor”. Nesta perspectiva, com o desenvolvimento das trocas, a forma equivalente geral vai se fixando em tipos particulares de mercadorias até cristalizar-se na forma ouro-dinheiro. Se a origem do dinheiro está associada à evolução da estrutura da economia e à intensidade e complexidade das trocas, a fixação dessa função nos metais preciosos se deve a suas propriedades naturais, como afirmou Marx, “ouro e prata não são, por natureza, dinheiro, mas dinheiro é por natureza ouro e prata”.

Embora toda análise de Rubin seja feita pressupondo a existência da mercadoria-dinheiro como, em parte, também foi o caso de Marx, o pressuposto da mercadoria-dinheiro tem mais respaldo histórico que teórico, pois Rubin acentua que a essência do dinheiro é o trabalho social abstrato e não a mercadoria ouro. Outra indicação de que o dinheiro, para Rubin, assim como foi sem dúvida para Marx, não se define pela mercadoria-ouro, são as inúmeras expressões usadas por ele, como “equivalente universal”, a “forma equivalente universal”, ou ainda, a forma de permutabilidade direta e universal com todas as demais mercadorias. Tais expressões acentuam a

natureza formal do dinheiro, que, na sua essência, deixa de ser uma mercadoria permutável por todas as demais, para ser forma de existência do valor de troca, ou do trabalho social abstrato.

Seguindo Marx, Rubin destaca as três peculiaridades da forma equivalente geral do valor, o dinheiro. A primeira consiste no fato de que “o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, o valor”. Com o desenvolvimento do processo mercantil, a troca de mercadorias por dinheiro transforma o valor de uso em um valor de troca, porque uma mercadoria específica, enquanto valor de uso, funciona como dinheiro. A segunda peculiaridade consiste no fato de que, sob o processo de equiparação das mercadorias, que se dá no mercado, opera-se o processo social de divisão e equiparação do trabalho entre os diferentes ramos de produção. A transformação dos diferentes trabalhos concretos em trabalho social abstrato não se opera por uma abstração mental, mas por uma abstração real, pois o trabalho social abstrato opera como uma norma social coercitiva de igualação dos diferentes trabalhos concretos. Isto se efetua por meio da equiparação dos produtos no mercado. É por meio dos preços de mercado que se opera esse processo que transforma diferentes trabalhos concretos em trabalho social abstrato. A terceira peculiaridade da forma equivalente geral do valor consiste em que o trabalho privado se converta na forma de seu contrário, trabalho imediatamente social.

Resumindo, a forma equivalente geral do valor se materializou numa mercadoria específica, dando origem ao dinheiro, que confere um novo caráter ao processo de troca, que já não representa um movimento apenas de coisas materiais de um produtor de mercadorias para outro, mas uma mudança na forma social das coisas e dos próprios produtores de mercadorias. É justamente esta forma social da troca, e não seu conteúdo, que Marx investiga, na sua teoria do dinheiro. Assim, no processo de troca, qualquer mercadoria, ao equiparar-se com o ouro, equipara-se a todas as outras mercadorias, transformando-se o valor de uso em valor de troca. Ao mesmo tempo, opera-se uma transformação no caráter social do possuidor de mercadorias, ao transformar o trabalho privado em trabalho social e o trabalho concreto em trabalho abstrato. Rubin (2020, p. 111) conclui, afirmando que: “O resultado do processo de troca é a igualdade dos produtores de mercadorias, o alinhamento das mercadorias e a equiparação dos trabalhos. Marx trouxe à tona essa equiparação tripla que ocorre no processo social da troca, no mercado, com sua teoria das três particularidades da forma equivalente”.

#### **4. Funções contraditórias do dinheiro**

Rubin faz um longo e exaustivo resumo da teoria de Marx sobre as funções do dinheiro, o

que me leva a fazer duas observações críticas. Primeira, embora Rubin tenha feito um resumo bom e correto, trata-se de um resumo incompleto, por não abarcar aspectos importantes da teoria de Marx, como a função meio de pagamento e a origem do dinheiro de crédito, bem como a transformação do dinheiro em capital. Ao não abordar a função de meio de pagamento do dinheiro, na qual o dinheiro é analisado em si mesmo, e não como meio de troca apenas, ele deixa de analisar a função que dá maior autonomia ao próprio dinheiro, pois lhe confere uma nova propriedade, o poder de comandar as trocas sem nelas entrar. É também a partir do desempenho desta função que surge o dinheiro de crédito, uma forma de dinheiro desvinculada de qualquer suporte material. Dessa forma, ele também abandona a perspectiva, muito presente e marcante, em Marx, que evidencia a tendência do dinheiro de deixar de ser meio para constituir-se como fim do processo de circulação.

Uma outra observação crítica, como já foi observado acima, ressalta que toda a análise de Rubin é feita no pressuposto de tratar-se de uma economia mercantil simples e não de uma economia capitalista, que é o pressuposto da análise de Marx. Talvez, por esse motivo, o dinheiro só tenha que desempenhar funções-meio, sem qualquer movimento e perspectiva de o dinheiro recusar-se a ser apenas meio, para tornar-se fim de si mesmo e, como tal, capital, sujeito do processo. Da mesma forma, todas as funções do dinheiro, analisadas por Rubin, são feitas tendo por base o dinheiro-mercadoria, o que não é bem o caso de Marx.

O que fica claro na análise de Rubin é que há muitos aspectos contraditórios no desempenho dessas funções. Importa notar também que, em Marx, muitas das funções do dinheiro se definem como propriedades ou determinações do dinheiro e não como simples funções. Analisamos, primeiro, as contradições entre as funções medida de valores e meio de circulação e, depois, as contradições entre as funções de meio de circulação e de meio de entesouramento do dinheiro.

#### **- medida dos valores e meio de circulação**

Na sua origem, essas funções básicas originais de medida dos valores e de meio de circulação se confundem com a própria gênese do dinheiro. Elas se originaram e desenvolveram a partir de um longo processo de evolução das trocas e só passaram a desempenhar realmente seus papéis, quando a economia de trocas já estava plenamente desenvolvida. Qual das funções veio primeiro e qual é mais fundamental para o desenvolvimento das trocas? Há um debate, na economia convencional e mesmo no marxismo sobre esta questão. Por um lado, não seria possível medir valores sem que já houvesse ampla circulação de mercadorias ou sem que houvesse trocas generalizadas e mediadas pelo próprio dinheiro. Seria, então, a função de meio de circulação a mais



original e a mais fundamental. Marx (2013, p. 169, 178) tem afirmações nesse sentido. Por um lado, o ouro funciona como medida geral dos valores e apenas por meio desta função é que ele se torna meio de circulação. Por outro lado, “o ouro funciona apenas como medida ideal de valor, por que ele já se comporta como mercadoria-dinheiro no processo de troca”. Mas, então, caberia perguntar, como poderiam as mercadorias circularem e serem trocadas, sem que já houvesse uma forma de medir seus valores, umas em relação às outras? Fica difícil responder à pergunta pelo caminho da lógica, pois uma função parece funcionar como pressuposto da outra. E pelo caminho da história, seria possível resolver a questão? Seguramente não, pois muito antes de o ouro se tornar o padrão de medida do valor das mercadorias, desde a mais remota antiguidade, ele já era usado como medida de valores. Assim, pode-se concluir que as duas funções sejam, ao mesmo tempo, as funções originais e fundamentais para a circulação de mercadorias, de modo que o dinheiro não poderia desempenhar uma das funções, sem desempenhar ao mesmo tempo a outra. Em síntese, conclui Rubín (2020, p. 119): “Dessa maneira, ambas as funções elementares do dinheiro se desenvolvem paralelamente em um único e mesmo processo social”. No entanto, lembra ainda ele (Rubín, 2020, p.119), o fato de essas duas funções estarem fixadas ao ouro, como resultado de um longo processo de desenvolvimento, não exclui a possibilidade de que, posteriormente, como já vem acontecendo, “circunstâncias apareçam e promovam uma separação” das duas funções, quando a função de meio de circulação “começa a ser realizada por outros tipos de dinheiro metálico ou papel moeda, ao lado do ouro ou em seu próprio lugar”.

Rubín ressalta, também, que estas duas funções estão relacionadas com a origem do dinheiro e seu exercício supõe uma economia mercantil já desenvolvida, não se aplicando a casos esporádicos de troca de mercadorias. Não faz sentido falar de uma função de medida do valor das mercadorias, quando a produção de mercadorias ainda não estiver sendo regulada pela lei do valor, como também não há ainda meio de circulação, porque a circulação de mercadorias ainda não existe, enquanto parte necessária do processo de reprodução da economia. Apenas faz sentido falar de funções de medir valor e de ser meio de circulação lá onde o produto é produzido, desde o começo, como mercadoria, e já recebe no processo de produção uma valoração antecipada.

O que é e como opera a função de medida de valor do dinheiro? Para a teoria do valor utilidade, o valor das mercadorias depende da avaliação subjetiva do comprador. No entanto, para Marx, o valor da mercadoria tem bases objetivas, associadas à quantidade de trabalho social abstrato necessário para a sua produção. O quanto de trabalho abstrato tem cada mercadoria não depende de uma avaliação subjetiva do produtor ou proprietário da mercadoria. As teorias do valor e do dinheiro, em Marx, não se baseiam no aspecto subjetivo da atribuição de valor às mercadorias,

mas somente de seus aspectos objetivos. Na economia produtora de mercadorias, a distribuição do trabalho social entre os ramos de produção se realiza espontaneamente, por meio da expansão da produção entre os ramos mais rentáveis e sua diminuição nos menos rentáveis. Como expressa Rubin (2020, p. 123): “O equilíbrio em cada um dos ramos de produção só pode ser alcançado, numa economia produtora de mercadorias simples, sob a condição de que os produtos sejam trocados proporcionalmente ao trabalho, que é socialmente necessário para sua produção”. É a troca, baseada nos valores-trabalho, que vai garantir a distribuição equilibrada do trabalho entre os diversos setores da economia. O desvio dos preços, para cima ou para baixo das proporções normais de troca, provoca uma redistribuição do trabalho entre os diversos setores da economia. Com o amplo desenvolvimento das trocas, por meio do dinheiro, as migrações de trabalho de um ramo para outro são reguladas pelo movimento dos preços em dinheiro de seus produtos, isto é, pela quantidade de dinheiro que se pode obter com sua venda no mercado. A distribuição do trabalho social passa, então, a depender dos preços das mercadorias. O equilíbrio na distribuição do trabalho é determinado por um preço de cada produto que corresponda ao valor-trabalho, também chamado de “preço normal”. Todo desvio de preço de mercado para cima ou para baixo, em relação a esse preço normal esperado provoca um movimento da produção no mesmo sentido do movimento dos preços. “Dessa maneira, o preço normal esperado, ou a valoração do produto, representa o regulador da distribuição do trabalho entre um dado ramo da produção e todos os outros ramos” (Rubin, 2020, p. 125).

O preço normal esperado corresponde ao estado de equilíbrio entre os ramos de produção, mas, como esse equilíbrio ocorre na troca dos produtos de diferentes tipos de trabalho de acordo com seus valores, então consequentemente a valoração preliminar dos produtos representa uma expressão de seu valor e o dinheiro cumpre, nesse ato de valoração, a função de medida do valor. Assim, a teoria de medida do valor de Marx tem um sentido profundamente social, pois, “não é outra coisa senão a valoração do produto do trabalho no processo de produção, que antecede à troca”. (Rubin, 2020, pp 133, 134). Marx já havia ressaltado, que “as mercadorias entram para o processo de troca com preços determinados” no processo de produção.

#### **- meio de circulação e meio de entesouramento**

Na análise das funções meio de circulação e meio de entesouramento do dinheiro, Rubin faz inúmeras citações de Marx, apontando para as contradições inerentes a essas duas funções. Nessas citações, Marx realça uma nova dimensão do dinheiro, em que ele se nega a ser apenas meio de troca ou meio de entesouramento, para assumir-se como fim do processo de circulação. O dinheiro,

considerado em si mesmo, adquire a propriedade e o poder de interromper a circulação. Primeiro, ao interromper o circuito das trocas de mercadorias por dinheiro (venda m-d), deixando de efetivar o segundo passo da troca, a compra de outra mercadoria com dinheiro (d-m). Segundo, associado a este movimento de não realizar a compra da nova mercadoria, a função de entesouramento do dinheiro pode também provocar a interrupção da circulação. Como se pode ver, essas funções do dinheiro, meio de circulação e meio de entesouramento, possuem aspectos contraditórios entre si. Ao executar a função meio de entesouramento, o dinheiro está ao mesmo tempo interrompendo o processo de circulação das mercadorias

O processo de circulação é parte do processo geral de reprodução. A circulação envolve dois atos antitéticos e complementares: m-d e d-m. A troca intermediada pelo dinheiro provoca uma cisão na identidade imediata do processo. A sequência regular dos dois atos é um elo necessário do mesmo processo de troca. Sem negar a cisão, Marx considera que os mesmos atos autônomos têm uma unidade interna e são complementares uns aos outros, ainda que sejam atos separados no tempo e no espaço. A análise de Rubin, embora ressalte que o dinheiro possa interromper as trocas, parece acentuar não a cisão e a possibilidade de crise, mas sua unidade. Para ele, o dinheiro flui periodicamente de uma atividade econômica para outra, parando em cada uma delas, por certo tempo, mais curto ou mais longo, entre o momento da venda (m-d) de uma mercadoria e o da compra (d-m) de outra mercadoria diferente. “O dinheiro se movimenta, assim, sem parar no processo de circulação e é justamente nessa função, que ele é meio de circulação.” (Rubin, 2020, p. 150)

Apenas lá, onde o processo de circulação, em suas duas fases (m-d e d-m) segue firmemente o processo de produção como condição necessária para a renovação da produção, é que o ouro cumpre sua função de meio de circulação. É fácil perceber que ambas as funções pressupõem a economia mercantil desenvolvida, em que a produção está de antemão direcionada para a troca (por isso a valoração antecipada da mercadoria e a função do ouro como medida do valor) e, por outro lado, que a troca é apenas uma etapa intermediária do processo de reprodução total (por isso a metamorfose da mercadoria e a função do ouro como meio de circulação).

O entesouramento do dinheiro, interrompendo as trocas, se contrapõe à função de circulação. Cabe perguntar o que provoca a tendência ao entesouramento do dinheiro? Trata-se de uma decisão do proprietário do dinheiro ou de uma tendência inerente ao próprio dinheiro? Tudo dá a entender que, na visão de Rubin, o entesouramento e a conseqüente interrupção das trocas seja uma decisão do proprietário do dinheiro. Não há sinal de que o entesouramento seja uma propriedade do próprio dinheiro. No início, trata-se de guardar tesouros, valores de uso, mas com o

desenvolvimento das trocas e do dinheiro, o acúmulo de metais deixa de ser apenas acúmulo de objetos preciosos e começa a ser também entesouramento da “forma social” da riqueza. A partir desse momento, o entesouramento ganha novo sentido, deixando de ser tesouro, feito de objetos úteis, para a ser “poder social” em mãos privadas. Aos ricos e aristocratas, o tesouro serve como poder social, meio de domínio social e político. Na sociedade antiga, o acumulador profissional é um usurário. Na sociedade mercantil, o tesouro cumpre uma das funções normais da circulação de mercadorias. Se, por um lado, o entesouramento pressupõe a continuidade circulação m-d-m, por outro, ele rompe o circuito em dois atos, m-d e d-m, provocando a “possibilidade” e às vezes a “necessidade” de adiar a fase d-m. Todo proprietário de mercadorias assume tanto o papel de vendedor como o de comprador, mas deve também reter uma parte do dinheiro da venda, como um “fundo de reserva”, um fundo para despesas futuras, tanto para consumo como para investimento.

Na economia mercantil, as reservas para repor os meios de produção não são tão volumosas quanto na economia capitalista, onde o capital fixo pode assumir valores significativos. Mas a diferença maior se dá quando, na economia capitalista, existe um sistema bancário e de crédito, eliminando a necessidade de fundos de reserva como tesouro. Para Rubin (2020, p. 163), na teoria do dinheiro, “Marx abstrai da presença de um sistema de crédito e assume a acumulação real, isto é, a retenção por cada produtor de mercadorias, de certa quantia em dinheiro, que serve como fundo de reserva”.

Fica pressuposto, assim, que todo o dinheiro saído da circulação, em algum momento, para ela deve voltar. Mas, é possível que seu proprietário decida não inserir de volta na circulação uma parte do dinheiro obtido com a venda da mercadoria, interrompendo, de vez, a circulação, que se encerra na fase m-d. Esse dinheiro fará parte da acumulação de tesouro. A decisão pessoal do possuidor de dinheiro parece se impor, de certa forma, sobre as necessidades lógicas do processo econômico. Rubin cita Marx (1982, p. 98), para quem “a cumulação do dinheiro pelo dinheiro é reflexo da forma bárbara da produção pela produção, isto é, do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social, além dos limites das necessidades tradicionais”.

Ao abordar a questão do entesouramento, Rubin usa pela primeira vez, nas páginas finais do livro (p. 162), o termo “capital” e “economia capitalista”. Antes, ele estava supondo apenas uma economia mercantil e não uma economia capitalista. Na economia capitalista, o acúmulo de tesouro se transforma no acúmulo de capital, o que muda completamente seu caráter. O capitalista acumula uma parte da mais-valia não consumida, mas ao contrário do entesourador, o capitalista não retira de circulação suas reservas. Ele expande a produção ou a deposita no sistema bancário. Apesar disso, Rubin afirma que:

“As conclusões de Marx, sobre a função do dinheiro como tesouro, se referem principalmente àquela forma primitiva de acúmulo de tesouros, que corresponde às condições de produção simples de mercadorias. Por essa razão, elas nos fornecem, comparativamente, pouco material para entender as funções econômicas e o caráter de um tesouro nas condições de uma economia capitalista, com seu sistema de crédito altamente desenvolvido e extremamente complexo”. (Rubin, 2020, p. 170).

Esta afirmação de Rubin contrasta com a visão de Marx, que ao falar do entesouramento está pressupondo uma economia capitalista e não uma economia mercantil simples, como pensa Rubin. São inúmeras as citações de Marx que sinalizam neste sentido. Como meio de entesouramento, o dinheiro assume existência independente, fora da circulação. Tanto pode converter-se em objeto de luxo, como ser acumulado na forma de dinheiro. Procura, assim, relacionar-se com si mesmo. “Nesta determinação já existe, de forma latente, sua determinação como capital”, mas para constituir-se como capital ele precisa negar-se como meio de troca, o que o faz quando procura constituir-se em tesouro.

O objetivo final do circuito m-d-m é o consumo, mas na acumulação de tesouro, a venda m-d não tem por objetivo final a compra de outra mercadoria para o consumo, e sim obter um equivalente em dinheiro. “A mercadoria é vendida, não para comprar mercadoria, mas para substituir a forma-mercadoria pela forma-dinheiro. De simples meio do metabolismo, esta mudança de forma converte-se em fim de si mesma” (Marx, 2013, p. 204). Marx está sugerindo, aqui, que o dinheiro está assumindo uma nova propriedade, uma nova determinação, ou seja, ele tenta deixar de ser meio para se tornar fim do processo, uma transformação qualitativa na natureza do dinheiro.

Qual a causa desta transformação? Para Rubin:

“À primeira vista, pode parecer que a causa final da passagem do circuito m-d-m para acumulação de tesouro reside na mudança de motivo do proprietário de mercadorias que participa da troca. Esse tipo de compreensão, que procura a causa final de uma mudança de manifestações econômicas na psique dos agentes econômicos, não podia ser mais estranho a Marx” (Rubin, 2020, p.172).

Para Marx, as mudanças de motivações entre participantes da troca já são, em si mesmas, manifestação de alterações nas relações de produção. O ato de converter mercadoria em dinheiro pode assumir autonomia face ao processo de troca. A paixão de enriquecer, diz Marx, só é possível no momento em que a riqueza geral se manifesta no dinheiro, que se torna o objeto e fonte da paixão por enriquecer. A propósito, afirma Rubin (2020, p. 173) que: “Se a paixão pelo enriquecimento já é o resultado do aparecimento do dinheiro, então, inversamente, este último cria necessariamente um novo motivo de troca, o esforço de trocar mercadorias por dinheiro com o objetivo de acumulação de tesouro”.

Desde o início da circulação, desenvolve-se também a necessidade e a paixão de reter o produto da primeira metamorfose m-d. O proprietário de mercadorias já entra no circuito da troca com o objetivo de reter a forma dinheiro de sua mercadoria. Com a troca, ele já não visa o consumo de uma mercadoria diferente da sua, mas ele só quer dar uma mudança de forma social de sua mercadoria. A economia não visa mais o consumo, mas o valor de troca em si. “No fundo, é o valor de troca como tal e seu crescimento que se convertem em fim de si mesmo”, afirma Marx (1982, p. 97). Existe diferença entre o entesourador e o capitalista. O entesourador só pode aumentar seu valor de troca repetindo os atos de troca: m-d, m-d, m-d, e o capitalista pode fazê-lo jogando seus valores na circulação, de acordo com a fórmula m-d-m-d', ou seja, autovalorização no processo de produção e circulação. “Enquanto o capitalista joga o dinheiro na circulação, o entesourador o “salva” da circulação, ao segurá-lo consigo, impedindo-o de cumprir sua função como meio de circulação”. (Rubin, 2020, p. 174-75). O dinheiro como tesouro não se desliga da circulação, mas permanece em constante tensão com ela. O importante não é o tesouro enterrado, mas a relação de produção social de que ele é portador. “O tesouro seria apenas um metal inútil, sua alma fugiria dele e ele permaneceria como cinzas queimadas da circulação, com o seu *caput mortuum* para trás, caso ele não ficasse em tensão constante com a circulação” (Marx, 1982, p. 96). As relações sociais são a alma das coisas. O proprietário do ouro, mesmo quando está enterrado, não deixa de ser portador do poder social que ele representa.

## 5. Avaliação crítica

Como avaliar o livro de Rubin? Uma primeira leitura indica tratar-se de um bom, mas incompleto, resumo da teoria do dinheiro em Marx. Bom, porque reproduz o essencial da teoria exposta por Marx, nos primeiros capítulos do Livro I de O Capital e de Para a Crítica da Economia Política. Incompleto, porque não aborda pelo menos três pontos importantes da teoria do dinheiro em Marx: a função de meio de pagamento, o dinheiro de crédito e a transformação do dinheiro em capital. Faremos nossa avaliação crítica a partir de um breve resumo desses três pontos, tais como foram apresentados por Marx, em O capital.

Primeiro, a função de meio de pagamento do dinheiro. Rubin menciona a função de meio de pagamento ao abordar longamente a função de entesouramento do dinheiro. Qual das duas funções é mais relevante para entender o papel do dinheiro na história do capitalismo? A longa exposição do tema do entesouramento e a leve menção ao papel do dinheiro como meio de pagamento são indicadores da importância relativa atribuída pelo autor a essas funções do dinheiro. É bem verdade

que, ao expor a possibilidade do entesouramento, Rubin recorre a Marx para dar um novo sentido à paixão pelo dinheiro, na perspectiva da acumulação de capital e não apenas a tendência de entesourar objetos-valores de uso.

A função meio de pagamento deve ser entendida no movimento contraditório do próprio dinheiro, que ora se imobiliza como tesouro, ora se transforma em meio de pagamento. Esta função significa que a venda da mercadoria, m-d, se separa, por algum tempo, da realização de seu preço e que os dois polos da troca, mercadoria e dinheiro, não entram em cena ao mesmo tempo. A compra se dá num momento e seu pagamento só ocorre depois. A mercadoria é vendida, mas o pagamento é adiado. O vendedor transforma-se em credor e o comprador, em devedor. A segunda metamorfose, d-m, acontece antes da primeira, m-d. Como meio de pagamento, o dinheiro serve de meio ideal de compra. Marx aponta aqui a nova contradição assumida pelo dinheiro: de um lado, a propriedade de se constituir em tesouro e de outro a de dinheiro ideal, apenas forma de valor. No primeiro caso, a presença do dinheiro era necessária, para a continuidade da circulação. Esta se interrompe, quando o dinheiro dela se retira e se transforma em tesouro. Mas agora, na função de meio de pagamento, o dinheiro permite a circulação das mercadorias, sem nela entrar. Ele só entra na circulação depois que a mercadoria já saiu de cena, ou seja, o dinheiro, como meio de pagamento, opera a circulação sem ser meio de circulação, sem rebaixar-se ao papel de simples meio, num movimento de auto constituição, preservando-se como existência absoluta do valor. O dinheiro torna-se, não mais meio, mas fim em si mesmo.

Como fim de si mesmo, o dinheiro imprime à economia a finalidade de valorização do valor e não mais o consumo. A contradição existente, antes, no interior da mercadoria, entre valor de uso e valor, externaliza-se em dois polos contrapostos, mercadoria e dinheiro. Esta contradição deve resolver-se mediante sua nova internalização, mas agora não mais na mercadoria, e sim no dinheiro. A contradição entre ser dinheiro ou ser mercadoria resolve-se em ser apenas dinheiro. Mas o dinheiro só se mantém como dinheiro por ser também mercadoria. E se for apenas mercadoria, deixa de ser dinheiro. Ser mercadoria e ser dinheiro, ao mesmo tempo, esta é a contradição constitutiva do dinheiro, que só se resolve com a transformação do dinheiro em capital.

Ante de analisar esse processo, cabe analisar o dinheiro de crédito, que se origina da função meio de pagamento do dinheiro. O que é o dinheiro de crédito? Não é uma simples técnica de financiamento, mas uma forma do dinheiro derivada da função meio de pagamento, portanto derivada do dinheiro em si mesmo e não pela contraposição com o dinheiro-mercadoria. Embora o dinheiro de crédito se origine na circulação de mercadorias, ele não é uma simples moeda ou apenas um meio de circulação. Ao contrário, na sua origem está uma recusa em ser apenas meio de

circulação de mercadorias, recusa esta que o põe como meio de pagamento, e, como tal, assume o poder de comandar a circulação de mercadorias a partir de fora da circulação. Após analisar as funções de medida do valor e meio de circulação, Marx atribui ao dinheiro a função de dinheiro, uma função composta, ou seja, de meio de entesouramento e de meio de pagamento. É no âmbito desta última que ele assume a forma de dinheiro de crédito, isto é, o dinheiro de crédito é uma forma de dinheiro derivada da forma dinheiro e não da mercadoria dinheiro. Nas palavras de Marx:

“O dinheiro de crédito origina-se da função do dinheiro como meio de pagamento, já que são colocados em circulação os próprios certificados de dívidas, para transferir os respectivos créditos. Por outro lado, ao estender-se o sistema de crédito, estende-se a função do dinheiro como meio de pagamento. Enquanto tal, recebe forma própria de existência, na qual ocupa a esfera das grandes transações comerciais, enquanto as moedas de ouro e prata ficam confinadas à esfera do varejo” (Marx, 1983, p. 117).

Dessa citação, cabe destacar dois pontos: o primeiro é a própria definição de dinheiro de crédito como "certificados de dívidas", ou seja, o dinheiro de crédito é uma dívida emitida por um banco ou por uma empresa, ou seja, o dinheiro de crédito é uma forma própria de existência do dinheiro e, portanto, não pode ser visto como simples meio de financiamento. No parágrafo seguinte ao citado acima, Marx diz claramente que, com o desenvolvimento da produção de mercadorias, a função do dinheiro como meio de pagamento ultrapassa a esfera da circulação de mercadorias, para tornar-se a "mercadoria geral dos contratos", ou seja, para tornar-se apenas dinheiro. O dinheiro de crédito situa-se, portanto, como dinheiro-capital

A transformação do dinheiro em capital, que Rubin não aborda, é elemento essencial da teoria do dinheiro de Marx. O dinheiro, enquanto meio de troca é apenas moeda, mas quando plenamente constituído, enquanto fim em si mesmo, é capital. Sem explicitar esse processo em que o dinheiro deixa de ser simples meio de circulação das mercadorias para constituir-se como sujeito e objetivo do mesmo processo, torna-se difícil entender a importância do dinheiro na dinâmica do capitalismo. A metamorfose do dinheiro em capital é fundamental para se entender as demais formas do capital, capital monetário, capital portador de juros e capital fictício. Por sua vez, essas formas do capital são fundamentais para se entender toda a dimensão dos fenômenos monetários e financeiros do capitalismo contemporâneo. Como se realiza esta transformação do dinheiro em capital? Sigamos os passos de Marx.

Para Marx, o ponto de partida lógico e histórico do capital é a circulação de mercadorias por meio do dinheiro. O dinheiro-capital é uma nova determinação que o próprio dinheiro assume no movimento de sua constituição plena. O dinheiro é a primeira forma do capital, que tem sua origem na circulação e no dinheiro seu ponto de partida. Na circulação, o dinheiro enfrenta a contradição de



ser apenas meio para as mercadorias circularem, ou, se tentar sair da circulação, petrifica-se como tesouro. Se o dinheiro volta à circulação, nela se dilui. Se dela sai, se empobrece e se apaga. “O dinheiro se nega, assim, ao desaparecer na circulação e, ao mesmo tempo, ao defrontar-se a ela como algo separado” (Marx, 1985, p. 143). Por outro lado, é nesse movimento de negar-se como meio para afirmar-se como fim que o dinheiro se supera como dinheiro e se constitui como capital. “O dinheiro como dinheiro e o dinheiro como capital diferenciam-se, primeiro, por sua forma diferente de circulação” (Marx, 1983, p. 125).

A circulação do dinheiro como dinheiro se expressa na fórmula  $m-d-m$ , e a circulação do dinheiro como capital se expressa na fórmula  $d-m-d'$ , que é o desdobramento da segunda fase da primeira fórmula  $d-m$ , e que esconde também uma mudança de conteúdo. Em ambos os circuitos se confrontam mercadoria e dinheiro, compra e venda, mas existe uma diferença básica que é a sucessão inversa das fases: a primeira forma inicia com a venda e termina com a compra, vende-se para comprar e o objetivo é o valor de uso. A mercadoria é que constitui a unidade e o objetivo do movimento. O dinheiro é apenas o intermediário, ele se dilui na mercadoria. A segunda começa com a compra e termina com a venda, compra-se para vender. O objetivo é o valor de troca e o dinheiro constitui a unidade do movimento, a mercadoria é meio e o dinheiro torna-se fim de si mesmo. No entanto, se trocar mercadoria por mercadoria se justifica, porque a mercadoria inicial e a final são diferentes e o ganho da troca são os valores de uso diferentes, já a segunda parece mera tautologia, trocar dinheiro por dinheiro ( $d-d$ ). Por isso a fórmula não pode ser  $d-m-d$ , e sim,  $d-m-d'$ . É este o movimento que transforma o dinheiro em capital.

Como sujeito do processo, o valor encontra no dinheiro uma forma autônoma de expressão. Como capital, o valor pode ser mercadoria e dinheiro ao mesmo tempo. O capital é um “valor em processo” (Marx, 1983, p. 131). Assim, pelos caminhos da lógica, Marx chega ao capital, um valor que aumenta de valor, porque permanece como dinheiro e mercadoria ao mesmo tempo. Mas o dinheiro, enquanto valor, é apenas uma das suas formas, valor de troca. Sem assumir sua forma de valor de uso, ou seja, sem assumir também sua forma mercadoria, ele não se transforma em capital. Mas, onde ocorre a alteração do valor, que transforma dinheiro ( $d$ ) em mais dinheiro ( $d'$ )? Para Marx, a mudança do valor do dinheiro ( $d-d'$ ) não ocorre na forma dinheiro, ela ocorre na mercadoria comprada com o dinheiro, no primeiro ato do circuito ( $d-m$ ). Esta mercadoria especial cujo consumo pode aumentar o valor do dinheiro é a força de trabalho. A existência da força de trabalho, como mercadoria, constitui um fato histórico, não um fato natural, pois a natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro e, de outro, meros possuidores de força de trabalho. A

relação d-m, dinheiro e mercadoria força de trabalho, é uma relação social e história e não uma relação natural.

A relação que constitui o valor-capital, carrega ainda a contradição de ser valor de troca e valor de uso. Um dos termos (o capital) se enfrenta ao outro, como valor de troca, e o outro, (o trabalho) se enfrenta ao capital como valor de uso. O único valor de uso que pode ser útil ao capital é o que pode aumentá-lo e que, para tanto, ao defrontar-se a ele, não o faz perder sua determinação de valor, como ocorre com o dinheiro ao ser trocado com uma mercadoria comum.

Dessa forma, o processo de consumo da força de trabalho, que, como acontece com qualquer mercadoria, se dá fora da circulação, num de seus intervalos, é ao mesmo tempo processo de produzir mercadorias e valor excedente. É aqui que o capital produz e é, ao mesmo tempo, produzido. Nas palavras de Marx: “Sob esta forma, o capital se troca por não-capital e só pode existir em relação com ele, a negação do capital, frente ao qual se afirma como capital; o verdadeiro não-capital é o trabalho” (Marx, 1985, p. 161-162). É na forma de capital que o valor se torna sujeito do processo. Como síntese da forma dinheiro e da forma mercadoria, unidade do valor de troca (capital) e do valor de uso (trabalho), o valor-capital rompe todos os limites, pois engendrou o princípio de sua própria valorização (o trabalho). Os limites do capital são agora internos e constituem suas contradições. Como capital, o dinheiro é a contradição em movimento.

A teoria do dinheiro encontra, assim, sua expressão mais acabada na teoria do capital. Sem a teoria do capital, a teoria do dinheiro não está completa. A relação necessária das duas teorias se explicita na análise do processo de transformação do dinheiro em capital. É neste sentido que, para Rosdolski (1989: 203), as categorias, valor, dinheiro e capital, não estão contidas, fechadas, nem completas em si, mas que cada uma delas “se desenvolve para além de si mesma ... e não pode ser concebida plenamente sem as precedentes”. E “também o contrário parece correto: que cada uma dessas categorias pressupõe a seguinte e só fundada nela poderia alcançar seu pleno desenvolvimento”. Isto quer dizer que o dinheiro não se explica sem o valor, que só é compreensível através do dinheiro, o qual, por sua vez, não se completa em si mesmo, mas necessita, primeiro, do crédito e depois do capital para completar seu conceito. Ou seja, embora a categoria dinheiro seja logicamente anterior à categoria capital, é só a partir do capital que o dinheiro pode ser plenamente entendido. Por essa razão, é possível dizer que a teoria do dinheiro em Marx, elaborada por Rubin, parece ser uma teoria incompleta.

Além da ausência da função de meio de pagamento e de dinheiro de crédito, bem como da transformação do dinheiro em capital, há um outro aspecto não suficientemente realçado por Rubin, em seu livro. Trata-se da tendência, muito presente no pensamento de Marx, de o dinheiro

adquirir novas propriedades, novas determinações, principalmente a de deixar de ser moeda ou mero meio de circulação das mercadorias, para constituir-se como sujeito do processo econômico. Esta perspectiva aparece na interrupção do circuito da troca, quando o dinheiro não realiza a segunda fase, a compra da nova mercadoria, mas, como vimos, Rubin acentua mais a continuidade do que a ruptura da circulação intermediada pelo dinheiro. Esta tendência é mais efetiva no caso da função meio de pagamento, em que o dinheiro comanda a circulação sem nela entrar. Ela se conclui na tendência inegável do dinheiro em afirmar-se como capital-dinheiro e todas as demais formas que assumiu na história do capitalismo.

Outra questão polêmica é a ideia adotada por Rubin de que Marx elabora a teoria do dinheiro a partir de uma economia mercantil simples. Ora, isso parece não corresponder ao pensamento de Marx. Já na primeira frase de *O Capital* fica claro que Marx está tratando de uma economia capitalista. Esta, no entanto, se apresenta como uma economia mercantil simples. No início de *O Capital*, Marx não está começando a investigação, mas expondo o resultado de sua investigação e reconstruindo toda a história a partir do capital. Marx não está fazendo história, mas elaborando a teoria do valor e do dinheiro. Este suposto adotado por Rubin implica uma grande limitação para a teoria do dinheiro de Marx, que começa com a teoria do valor e termina com a teoria capital. O que é uma teoria do dinheiro, que se limita a explicar as trocas em uma economia mercantil, uma teoria do dinheiro, que não se transforma numa teoria do capital? É uma teoria em que o dinheiro desempenha sempre e apenas suas funções-meio, sem assumir suas novas determinações, no sentido de negar-se como meio e ir se assumindo como fim de si mesmo, como sujeito do processo, ou seja, transformando-se em capital. No entanto, há sinais desta perspectiva quando Rubin expõe a possibilidade de o dinheiro interromper o circuito da troca, não realizando a segunda fase, ou seja, a compra de nova mercadoria (d-m), após ter se realizado a venda da mercadoria por dinheiro (m-d). O mesmo ocorre na questão do entesouramento, onde o dinheiro pode interromper a circulação. Rubin, no entanto, acentua mais a continuidade do que a ruptura da circulação de mercadorias intermediada pelo dinheiro. Por essas razões, a formulação de Rubin parece limitar enormemente o significado e o alcance da teoria do dinheiro em Marx e a importância e o papel do dinheiro no funcionamento do capitalismo.

Esta crítica de modo algum desmerece a importância da contribuição de Rubin para a compreensão de elementos essenciais do pensamento de Marx. O livro de Rubin talvez tenha sido o primeiro a abordar de forma aprofundada a teoria do dinheiro em Marx, num momento em que o tema tinha pouca relevância, mesmo no campo marxista. Este certamente foi seu grande mérito. O pioneirismo de Rubin, no entanto, não cumpriu o papel que poderia ter desempenhado, pois o livro,

escrito entre 1926-1928, só veio a público, em 2011.

Ao mesmo tempo não se pode atribuir tais limitações ao fato de que se trata de um manuscrito inacabado, pois parece tratar-se mais de inacabamento quanto à forma do que quanto ao seu conteúdo. Sua abordagem das três funções do dinheiro consome nada menos que 66 páginas, mais do que um terço do manuscrito. Além disso, ao longo do texto, o autor não indica ter planos de abordar a função de meio de pagamentos, nem a teoria do dinheiro de crédito e a teoria do capital. No entanto, ele afirma que Marx abstrai de sua análise o sistema de crédito, por ser o sistema bancário ainda pouco desenvolvido, quando abordou o tema. Na realidade, embora não tenha abordado o desenvolvimento do sistema bancário, ao longo de sua obra, especialmente no Livro III de *O capital*, há elementos teóricos suficientes para a compreensão da importância do dinheiro de crédito e do sistema bancário na dinâmica do capitalismo. Pode-se até entender que Rubin não tenha tido condições de elaborar a transformação do dinheiro em capital, mas parece pouco compreensível que não tenha realçado sua importância como parte essencial de sua teoria do dinheiro. Ao contrário, Rubin sequer menciona a necessidade de incorporar à própria teoria do dinheiro em Marx a transformação do dinheiro em capital. Ele poderia até não ter tido condições de terminar seu livro, mas isto não justifica o fato de não ter ao menos apontado para sua relevância.

### **Resumo**

O objetivo do texto é fazer uma análise crítica do livro de Rubin “Teoria do dinheiro em Marx”, recentemente publicado no Brasil. Entre seus méritos, pode ser arrolado seu pioneirismo, pois foi escrito na década de 1920, quando pouco se discutia a importância da questão do dinheiro, a qualidade do texto, que resume elementos essenciais da teoria de Marx, a relação intrínseca da teoria do dinheiro com a teoria do valor e a análise das contradições entre as funções do dinheiro. A análise crítica abrange pontos como a não inclusão da função meio de pagamentos e a conseqüente não abordagem da teoria do dinheiro de crédito e da teoria do capital, como partes constitutivas da teoria do dinheiro de Marx. Critica-se também a carência da perspectiva do movimento do dinheiro em deixar de ser apenas meio para as mercadorias circularem e constituir-se como sujeito e objetivo final do processo de acumulação e valorização do capital. É esta visão ativa e dinâmica do dinheiro que o leva a transformar-se em capital. Estes são os principais pontos de nossa análise crítica do livro de Rubin. Espera-se que a análise desses pontos críticos possa contribuir para um maior debate em torno dessa importante questão do pensamento de Marx.

### **Abstract**

The objective of this text is to make a critical analysis of Rubin's book “Theory of money in Marx”, recently published in Brazil. Among its merits, the pioneering spirit can be listed, since it was written in the 1920s, when little was discussed about this issue. Besides, the quality of the text, which summarizes essential elements of Marx's theory and the intrinsic relationship of the theory of money with the theory of value and analysis of the contradictions between the functions of money. Critical analysis covers points such as the non-inclusion of the means of payments function and the consequent failure to approach credit money and capital theory, as constitutive parts of Marx's money theory. It also criticizes the lack of perspective of the movement of money to stop being just means for goods to circulate and to become the subject and final objective of the process of accumulation and capital appreciation. It is this active and dynamic view of money that drives it to become capital. These are the main points of our critical analysis of Rubin's book. It is hoped that the analysis of these critical points can contribute to a greater debate around this important issue of Marx's thought.

**Referências bibliográficas**

- HILFERDING, Rudolf. O Capital Financeiro. São Paulo, Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. O Capital, Vol. I, Tomo I. São Paulo, Abril Cultural, 1983.
- MARX, Karl. Grundrisse, vol. I. México. Fundo de Cultura Econômica, 1985.
- MARX, Karl. O capital. “Crítica da Economia Política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. O Capital. Crítica da economia política. Livro III. São Paulo, Boitempo, 2017.
- MAEX, Karl. Para a crítica da economia política, Salário, Preço e Lucro. SP, Abril Cultural, 1982.
- PAULANI, Leda Maria. Do Conceito de Dinheiro ao Dinheiro como Conceito. São Paulo, USP, (Tese de Doutorado), 1991.
- ROSDOLSKY, R. (1989) Génesis y estructura de El Capital de Marx. (estudios sobre los Grundrisse) México, Siglo Veintiuno Editores.
- RUBIN, Isaak Illich. A teoria marxista do valor. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- RUBIN, Isaak Illich A teoria do dinheiro em Marx. Inst. Caio Prado Jr. São Paulo, 2020.